

**PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS  
CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 2º SEMESTRE DE 2020 Edital 14/2021**

**PROVA OBJETIVA**

**Curso: Bacharelado em Direito**

**Período: 2º Período**

**Candidato(a):** \_\_\_\_\_

**ORIENTAÇÕES GERAIS**

1. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira sua prova com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
2. A prova objetiva tem **caráter eliminatório e classificatório**.
3. A prova objetiva é composta de **60 (sessenta) questões de múltipla escolha**, extraídas do conteúdo programático publicado em edital específico, conforme o item 8.1 do Edital nº 14/2021-PROGRAD.
4. O horário de realização da prova objetiva é das **8h às 12 h** (horário oficial do Acre).
5. A prova objetiva terá duração de **4 (quatro) horas, incluído o tempo para o preenchimento do cartão de respostas**.
6. Quando autorizado pelo Fiscal de Sala o candidato deverá preencher com os seus dados o cartão de resposta e o caderno de provas.
7. Nenhuma folha desta prova poderá ser destacada durante a realização da mesma, sob pena de desclassificação do candidato.
8. O preenchimento do cartão de resposta deverá ser feito exclusivamente pelo candidato, de forma legível, com caneta esferográfica de cor azul ou preta, fabricada em material transparente.
9. O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu cartão de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura.
10. A marcação de mais de uma alternativa anulará a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
11. **Em hipótese alguma haverá substituição do cartão de resposta** por erro do candidato.
12. Não serão permitidas, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de qualquer equipamento eletrônico, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação.
13. Será desclassificado o candidato que, durante a realização da prova escrita, for surpreendido portando, em local diverso do indicado pelos fiscais, equipamento eletrônico e/ou material de uso não autorizado, ainda que desligado.
14. De igual forma, será desclassificado o candidato cujo equipamento eletrônico e/ou material de uso não autorizado emitir qualquer tipo de ruído, alerta ou vibração, ainda que o mesmo esteja no local indicado pelos fiscais.
15. O candidato somente poderá levar sua prova se permanecer na sala até os últimos 30 (trinta) minutos que antecederem o término da mesma.
16. Após o término de sua prova, o candidato deverá entregar o seu cartão de respostas e a prova ao fiscal de sala, inclusive com as folhas de rascunho (exceto quando atender o item 15).
17. O candidato que entregar o cartão de respostas não poderá retornar ao recinto.
18. Os **três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova** e somente poderão sair juntos do recinto, após acompanhar o lacre dos envelopes e pôr em Ata suas respectivas assinaturas.

1) Sobre o chamado neoconstitucionalismo, assinale a assertiva que apresenta uma associação incorreta para o estabelecimento de seu significado ou de sua compreensão:

- a) Reconhecimento da força normativa dos princípios.
- b) Rejeição ao formalismo jurídico e uso de métodos mais abertos de raciocínio jurídico, a exemplo da ponderação.
- c) Ocorrência do fenômeno da constitucionalização do direito.
- d) Reaproximação entre o direito e a moral.
- e) Não aceitação do paradigma filosófico do pós-positivismo.

2) A respeito das normas jurídicas e suas espécies (princípios e regras), assinale a opção correta:

- a) Os princípios, diferentemente das regras jurídicas, aplicam-se na modalidade “tudo ou nada”.
- b) Em caso de conflito entre regras e princípios, as regras obrigatoriamente devem prevalecer, pois são superiores normativamente.
- c) O critério da ponderação é o mais adequado para solucionar conflitos entre regras jurídicas.
- d) Os princípios são fundamentais para o sistema jurídico, pois, diferentemente das regras, são capazes de garantir maior previsibilidade e segurança jurídica ao direito.
- e) Os princípios possuem força normativa e podem ser aplicados de forma autônoma para solução de contendas jurídicas.

3) Sobre a teoria do poder constituinte, assinale a opção correta:

- a) A jurisprudência do STF é firme no entendimento de reconhecer o cabimento da invocação de direitos adquiridos contra a Constituição promulgada pela Assembleia Nacional Constituinte de 1988.
- b) O poder constituinte derivado não admite limitações constitucionais em sua atuação.
- c) A titularidade do poder constituinte originário pertence à nação, segundo a doutrina constitucionalista hodierna.
- d) O poder constituinte derivado decorrente representa a possibilidade dos Estados-membros editarem suas respectivas constituições estaduais.
- e) São características do poder constituinte originário: inicial e limitado pelas cláusulas pétreas existentes na constituição anterior a promulgação da nova constituição.

4) Sobre mutação constitucional assinale a assertiva correta:

- a) Trata-se de um processo formal de alteração dos dispositivos normativos da constituição.
- b) É equivalente a alteração da constituição por meio de emendas constitucionais.
- c) A possibilidade da mutação resulta da dissociação entre norma e texto.
- d) A interpretação não é um mecanismo aceito para atuação da mutação constitucional.
- e) O texto constitucional não impõe qualquer limite para atuação da mutação constitucional.

5) Os Autores Ferdinand Lassalle, Carl Schmitt e Hans Kelsen são responsáveis pelas chamadas concepções (sentidos) de constituição, respectivamente:

- a) Decisionista, material e formal.
- b) Sociológico, político e jurídico.
- c) Pluralista, social e transcendental.
- d) Decisionista, jurídico e político.
- e) Ideológico, sociológico e positivista.

6) A Constituição Federal Brasileira de 1988 pode ser classificada quanto ao conteúdo e origem, respectivamente, em:

- a) Dogmática e garantia.
- b) Formal e promulgada.
- c) Escrita e outorgada.
- d) Promulgada e escrita.
- e) Formal e dogmática.

7) A respeito da eficácia das normas constitucionais, assinale a opção correta:

- a) As normas de eficácia contida poderão sofrer restrição da sua eficácia tanto pela constituição, quanto por leis infraconstitucionais.
- b) As normas constitucionais de eficácia contida são muito semelhantes às normas de eficácia limitada, tendo em vista que ambas dependem diretamente de regulamentação infraconstitucional para produzirem efeitos.
- c) Por se tratar de norma constitucional, apenas a Constituição Federal poderá restringir as normas de eficácia contida.
- d) As normas de eficácia limitada impõem de integração com outra norma constitucional ou infraconstitucional para que tenham eficácia plena.
- e) É inviável o exercício de quaisquer direitos nas normas de eficácia contida, enquanto não houver a sua regulamentação.

8) Sobre a evolução constitucional brasileira, assinale a assertiva que apresente na ordem correta as Constituições que previram a existência de quatro poderes e a existência da justiça eleitoral:

- a) 1934 e 1946.
- b) 1824 e 1988.
- c) 1964 e 1946.
- d) 1824 e 1934.
- e) 1934 e 1964.

9) Sobre a hermenêutica constitucional, assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com Peter Häberle, a interpretação das constituições é uma atividade exclusivamente estatal.
- b) O princípio da concordância prática tem por objetivo harmonizar bens constitucionais conflitantes, evitando o sacrifício total de uns em relação aos outros.
- c) O princípio da unidade da constituição é uma decorrência direta do princípio da separação de Poderes.
- d) O princípio do efeito integrador estabelece que o intérprete deve buscar soluções que evitem a integração social e a unidade política na aplicação da norma jurídica.
- e) O princípio da interpretação conforme à Constituição orienta que o intérprete deve conferir, obrigatoriamente, maior peso aos critérios que beneficiem a integração política e social.

10) De acordo com a Constituição Federal de 1988, constitui objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, exceto:

- a) Garantir o desenvolvimento nacional.
- b) Erradicar a pobreza e a marginalização.
- c) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- d) Promover os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- e) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

11) Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal de 1988:

- a) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização estatal, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- b) A lei não poderá, em qualquer situação, restringir a publicidade dos atos processuais.
- c) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum praticado depois da naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- d) Não haverá prisão civil por dívida em qualquer hipótese.
- e) São gratuitas as ações de "*habeas-corpus*" e "*habeas-data*", e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

12) De acordo com a Constituição de 1988, constitui condição de elegibilidade, exceto:

- a) A nacionalidade brasileira.
- b) O alistamento eleitoral.
- c) A idade mínima de 35 anos para o cargo de governador.
- d) O domicílio eleitoral na circunscrição.
- e) O pleno exercício dos direitos políticos.

13) Sobre a suspensão dos direitos políticos, não constitui hipótese prevista na Constituição de 1988:

- a) O cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
- b) A incapacidade civil absoluta.
- c) A condenação criminal a partir da confirmação por decisão judicial em segunda instância por órgão colegiado do poder judiciário.
- d) A recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII, da Constituição Federal de 1988.
- e) A condenação por improbidade administrativa.

14) Constitui hipótese de competência privativa da União legislar sobre:

- a) Direito econômico.
- b) Orçamento.
- c) Câmbio.
- d) Florestas.
- e) Proteção ao patrimônio histórico.

15) São chamados de princípios constitucionais sensíveis, expressamente previstos na Constituição de 1988, que possibilitam a decretação de intervenção federal, com exceção:

- a) Os direitos da pessoa humana.
- b) A prestação de contas da administração pública, direta e indireta.
- c) A forma republicana.
- d) O direito à informação.
- e) A autonomia municipal.

16) Sobre o processo de *impeachment* (processo por crime de responsabilidade), assinale a assertiva incorreta:

- a) Compete ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente da República.
- b) Compete ao Senado Federal processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal no processo por crime de responsabilidade.
- c) É considerado crime de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra o exercício dos direitos individuais e sociais.
- d) Após a instauração do processo pelo Senado Federal nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República será suspenso de suas funções pelo prazo de até 180 dias.
- e) O julgamento do presidente da República por crime de responsabilidade será feito pelo Senado Federal, em sessão presidida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, e a condenação dependerá da aprovação de dois terços dos votos de todos os membros do Senado.

17) Sobre o processo legislativo constitucional, assinale assertiva correta:

- a) São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas.
- b) É possível a edição de medida provisória sobre matéria reservada a lei complementar.
- c) O Presidente da República não poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.
- d) As emendas à Constituição exigem, assim como as leis ordinárias, de sanção presidencial.
- e) A iniciativa popular pode ser exercida também em relação às propostas de emendas à constituição.

18) Em relação aos chamados remédios constitucionais, assinale a assertiva correta:

- a) O mandado de injunção visa anular ato lesivo ao patrimônio público.
- b) O mandado de segurança individual é instrumento destinado a assegurar, exclusivamente, o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de caráter público.
- c) *Habeas data* é cabível sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- d) O mandado de segurança coletivo não pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional.
- e) É possível a impetração de *habeas corpus* contra ato de agente privado que cause cerceamento à liberdade de locomoção.

19) Conforme prevê a Constituição Federal de 1988, em caso de relevância e urgência, será possível a edição de medida provisória sobre matéria relativa:

- a) Ao direito tributário.
- b) Ao direito eleitoral.
- c) À organização do Poder Judiciário
- d) Ao direito penal.
- e) À cidadania.

20) São órgãos do Poder Judiciário, exceto:

- a) O Conselho Nacional de Justiça.
- b) O Superior Tribunal de Justiça Desportiva.
- c) O Superior Tribunal Militar.
- d) O Tribunal Superior Eleitoral.
- e) Os Tribunais e Juízes dos Estados.

21) Acerca da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada. O período compreendido entre a publicação e o início da vigência chama-se *prorrogatio fori*.
- b) Como regra geral, o direito brasileiro admite a reconstituição normativa.
- c) São exemplos de critérios para solucionar o conflito de leis no tempo o da anterioridade, da hierarquia e da especialidade.
- d) Mesmo em se tratando de lei com vigência temporária, toda lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- e) O direito brasileiro não admite a chamada revogação tácita da lei.

22) Ainda sobre a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Na analogia, aplica-se uma lei revogada a uma situação semelhante para a qual não haja previsão normativa.
- b) Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.
- c) Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.
- d) Consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição pré-estabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.
- e) Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso.

23) Assinale a alternativa correta:

- a) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos e os loucos de todo gênero.
- b) Os ébrios habituais e os viciados em tóxico são considerados relativamente incapazes, bem como todos os menores de 18 anos.
- c) Segundo do Código Civil são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade
- d) Os pródigos são considerados pela lei como absolutamente incapazes, bem como os indígenas.
- e) Os maiores de catorze e menores de dezoito anos são considerados relativamente incapazes.

24) Assinale a alternativa correta.

- a) O casamento e a morte dos genitores são causas de emancipação da pessoa natural
- b) Cessará, para os menores, a incapacidade, pelo exercício de emprego público efetivo e pela colação de grau em curso de ensino superior.
- c) A existência da pessoa natural termina com a morte, não se admitindo a morte presumida no direito brasileiro.
- d) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-á que o mais velho faleceu em primeiro lugar.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores

25) Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- b) O atual posicionamento do STF é o sentido de se permitir a chamadas biografias não autorizadas.
- c) Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.
- d) Havendo risco de vida, o médico poderá constranger o seu paciente a submeter-se a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica, mesmo contra a vontade deste.
- e) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

26) Acerca das pessoa jurídica, assinale a alternativa correta:

- a) São exemplos de pessoas jurídicas de direito público interno a União, Estados e Municípios, as autarquias e as entidades integrantes do Sistema S.
- b) Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos e isso as diferencia das sociedades.
- c) Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina. Não se admite a criação de fundações mediante testamento.
- d) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a aprovação de seus estatuto pela assembleia dos instituidores.
- e) Os partidos políticos são considerados pessoas jurídicas de direito público, dada a relevância de seu papel para a democracia.

27) Ainda sobre as pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta.

- a) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.
- b) As pessoas jurídicas não podem ter administração coletiva, haja vista a vedação constante em lei.
- c) Como regra geral, o direito brasileiro não adota o princípio da autonomia patrimonial. Por isso mesmo, o patrimônio da pessoa jurídica geralmente se confunde com os seus sócios, associados, instituidores ou administradores.
- d) Não se admite a expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica, pois tal fato constitui desvio de finalidade.
- e) A criação, organização, estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas deve ser controlada pelo Estado, sendo dever do poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos no caso em que a atividade religiosa for considerada perniciosa ao interesse público.

28) Acerca do domicílio, assinale a alternativa correta:

- a) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
- b) Considera-se domicílio do preso o lugar em que cumprir a sentença, hipótese em que teremos o chamado domicílio voluntário.
- c) O direito brasileiro não permite o chamado foro ou domicílio de eleição, que é considerado cláusula contratual ilícita.
- d) Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, será considerado seu domicílio o local do estabelecimento matriz.
- e) Como regra geral, o domicílio da pessoa natural é imutável, só podendo ser alterado mediante as condições excepcionais previstas em lei.

29) Sobre as diversas classes de bens, assinale a alternativa correta:

- a) Perdem o caráter de imóveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- b) O direito à sucessão aberta é considerado pela lei como bem móvel, bem como as energias que tenham valor econômico.
- c) Os móveis por antecipação são os bens que, suscetíveis de movimento próprio, podem ser removidos por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.
- d) Não podem ser considerados bens móveis os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações, haja vista a existência de lei dispondo em contrário.
- e) São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.

30) Assinale a alternativa **incorreta**.

- a) Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.
- b) São pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
- c) Principal é o bem que existe sobre si, abstrata ou concretamente; acessório, aquele cuja existência supõe a do principal.
- d) São exemplos de bens públicos de uso especial os rios, mares, estradas, ruas e praças.
- e) Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

31) Assinale a alternativa correta:

- a) A validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.
- b) Nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada, pois o mais importante é o que consta do contrato.
- c) A incapacidade relativa de uma das partes pode e deve ser invocada pela outra em benefício próprio, pois caso contrário o menor poderia beneficiar-se de sua própria torpeza.
- d) Em razão do princípio do formalismo, a validade das declarações de vontade dependerá sempre de forma especial, geralmente escritura pública ou particular.
- e) O princípio da boa-fé objetiva tem aplicação exclusiva ao direito contratual, não sendo aplicável aos demais ramos do direito civil, como o direito de família.

32) Acerca da condição, termo e encargo, assinale a alternativa correta.

- a) A condição subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e certo.
- b) O termo subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- c) Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição suspensiva, enquanto esta se não verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.
- d) A condição resolutiva impede que o titular do direito possa praticar atos destinados a conservá-lo.
- e) Enquanto não sobrevier o termo inicial, também chamado de *dies ad quem*, não se pode falar em aquisição do direito, muito menos em seu exercício.

33) Acerca do erro, assinale a alternativa correta.

- a) O erro é causa de nulidade absoluta do negócio jurídico.
- b) O erro quanto à pessoa, assim compreendido aquele que concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, desde que tenha influído nesta de modo relevante, jamais poderá ser causa de anulação do negócio jurídico.
- c) O erro faz parte dos chamados vícios sociais.
- d) Por se tratar de erro substancial, o chamado erro de cálculo é causa insanável de invalidação do negócio jurídico.
- e) Só se invalidará o negócio jurídico nas hipóteses de erro essencial e substancial, pois o erro acidental não é causa de anulação do negócio jurídico.

34) Sobre o dolo, assinale a alternativa correta

- a) Devido à gravidade da situação, todos os negócios jurídicos podem ser anuláveis por dolo, ainda quando este não for a sua causa.
- b) Se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- c) Considera-se dolo essencial quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.
- d) O direito brasileiro não admite a anulação do negócio jurídico realizado por dolo de terceiro.
- e) O silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, não constitui omissão dolosa, de forma que tal negócio não pode ser anulado por dolo, ainda que se trate de negócio jurídico bilateral.

35) Sobre a fraude contra credores, assinale a alternativa correta.

- a) A fraude contra credores constitui-se em vício do consentimento, que torna nulo o negócio jurídico
- b) Até mesmo aqueles que se tornaram credores após a situação de insolvência podem pleitear a nulidade do negócio jurídico praticado em fraude contra credores.
- c) Os credores quirografários não podem se valer da ação de anulação de atos praticados em fraude contra credores, pois já são detentores de garantias reais e fidejussórias.
- d) Pode ser anulados por fraude contra credores tanto os contratos onerosos como os gratuitos.
- e) A existência do evento danoso não é elemento necessário para a anulação do negócio jurídico praticado em fraude contra credores.

36) Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- b) Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- c) O estado do perigo é causa de anulação do negócio jurídico.
- d) Na lesão, não se decretará a anulação do negócio, se for oferecido suplemento suficiente, ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito.
- e) O estado de perigo não pode ser invocado quando o contratante firmou o negócio jurídico para salvar pessoa que não seja de sua família.

37) Sobre a simulação, assinale a alternativa correta:

- a) É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
- b) O negócio jurídico dissimulado não é causa de nulidade do negócio jurídico.
- c) A simulação, por ludibriar terceiros que não fizeram parte da relação jurídica, caracteriza-se como um vício do consentimento.
- d) A simulação inocente é causa de nulidade absoluta do negócio jurídico.
- e) Para a caracterização da simulação, necessária a presença do evento donoso e do concílio fraudatório.

38) Assinale a alternativa correta.

- a) Grosso modo, pode-se dizer que não existem diferença jurídicas entre nulidade e anulabilidade.
- b) Os negócios jurídicos praticados pelos absolutamente incapazes são anuláveis.
- c) O negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.
- d) Os negócios jurídicos praticados pelos menores de 16 anos podem ser por estes ratificados quando completarem 18 anos.
- e) É vedado do Ministério Público intervir no processo para alegar causa de nulidade, salvo quando presente interesse de menores.

39) Sobre os atos ilícitos, assinale a **incorreta**:

- a) Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.
- b) Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.
- c) Não constituem atos ilícitos os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido.
- d) Também não constituem atos ilícitos a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente.
- e) O abuso de direito não é considerado como ato ilícito.

40) Sobre a prescrição e decadência, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) É nula a renúncia à decadência fixada em lei.
- b) Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos estabelecidos em lei.
- c) Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei. No entanto, não poderá, de ofício, conhecer da prescrição, que necessariamente deverá ser requerida pela parte interessada.
- d) A renúncia da prescrição só é admitida depois que a prescrição se consumar, sendo inadmissível a chamada renúncia prévia da prescrição.
- e) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.

41) No tocante às assertivas abaixo, pode-se afirmar que o chamado *quase crime* diz respeito à hipótese de:

- a) Crime putativo.
- b) Participação impunível.
- c) Crime tentado.
- d) Erro de tipo.
- e) Nenhuma das alternativas.

42) São elementos do tipo culposo, exceto:

- a) Previsibilidade objetiva.
- b) Violação do dever de cuidado objetivo.
- c) Nexo causal.
- d) Resultado naturalístico voluntário.
- e) Nenhuma das alternativas.

43) Luke, brasileiro, se encontrava no interior da embaixada norte-americana, localizada em Brasília/DF, aguardando na fila para obter visto de turista para viajar para os EUA. Nesse ínterim, Vader, seu desafeto, de nacionalidade argentina, ingressa no local e desfere uma facada no abdômen de Luke, ceifando-lhe a vida. No caso, preso em flagrante ainda no interior da embaixada, Vader deverá responder pelo crime, via de regra, de acordo com a:

- a) A lei penal norte-americana.
- b) A lei penal argentina.
- c) A lei penal brasileira.
- d) A lei penal do último domicílio.
- e) Nenhuma das alternativas.

44) No dia 01 de junho de 2021, no Município de Acrelândia, Caio, com intenção de matar, dispara contra Tício, atingindo-lhe o pulmão. Acionado o socorro, Tício é transportado pela ambulância do SAMU até o Município de Rio Branco, onde vem a falecer no dia 02 de junho de 2021, em decorrência do disparo proferido por Caio. No caso, de acordo com a remansosa jurisprudência pátria, Caio deverá ser julgado perante o:

- a) Tribunal do Júri da Comarca de Acrelândia, em virtude da adoção da teoria da atividade.
- b) Tribunal do Júri da Comarca de Rio Branco, em virtude da adoção da teoria da atividade.
- c) Tribunal do Júri da Comarca de Acrelândia, em virtude da adoção da teoria do resultado.
- d) Tribunal do Júri da Comarca de Rio Branco, em virtude da adoção da teoria do resultado.
- e) Nenhuma das alternativas.

45) De acordo com o princípio do pavilhão ou da bandeira previsto no Código Penal deve ser aplicada a lei penal brasileira:

- a) Aos crimes cometidos em aeronaves ou embarcações brasileiras de natureza pública ou estiver a serviço do governo brasileiro.
- b) Aos crimes cometidos em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.
- c) Aos crimes que por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.
- d) Aos crimes contra a vida ou liberdade do Presidente da República.
- e) Nenhuma das alternativas.

46) O doutrinariamente intitulado “crime liliputiano” diz respeito:

- a) Aos crimes comissivos por omissão.
- b) Aos crimes tentados.
- c) Às contravenções penais.
- d) Às leis penais extravagantes.
- e) Nenhuma das alternativas.

47) Vader, com intenção de matar, dispara contra Luke, todavia, por erro de pontaria, o projétil vem a atingir o braço esquerdo da vítima. Levada ao pronto-socorro, Luke é submetido a procedimento cirúrgico, vindo a morrer em decorrência de complicações provocadas por imperícia médica. No caso, Vader deverá responder por:

- a) Homicídio consumado.
- b) Homicídio tentado.
- c) Lesão corporal culposa.
- d) Lesão corporal grave.
- e) Lesão corporal gravíssima.

48) Maria encontra-se na praia do Amapá com sua filha Iara, com 4 anos de idade. Com o propósito de tomar um banho no rio Acre, Maria pede a sua amiga Iracema que fique cuidando da menor Iara, no que consente Iracema. Todavia, em momento de pura distração pois estava conversando em aplicativo de celular, Iracema não percebe que a criança Iara corre para o rio com o intuito de tomar banho e ali vem a se afogar. No caso, Iracema poderá ser responsabilizada:

- a) Pelo crime de omissão de socorro, na modalidade própria.
- b) Pelo crime de homicídio consumado.
- c) Pelo crime de homicídio tentado.
- d) Pelo crime de omissão de socorro, na modalidade imprópria.
- e) Não deverá ser responsabilizada, pois o fato é atípico.

49) A doutrina denomina “crimes mancos” como sinônimos de:

- a) Crimes obstáculos.
- b) Crimes omissivos.
- c) Crimes aberrantes.
- d) Crimes tentados.
- e) Nenhuma das alternativas.

50) De acordo com a jurisprudência majoritária, o instituto da resipiscência detém a natureza jurídica de:

- a) Causa de exclusão da culpabilidade.
- b) Causa de exclusão da punibilidade.
- c) Causa de exclusão da tipicidade.
- d) Causa de exclusão ilicitude.
- e) Nenhuma das alternativas.

51) Caio, policial civil, encontra-se caminhando no parque do Tucumã, instante em que é atacado por um cachorro da raça pit-bull. No mesmo instante, Caio saca de sua pistola com o objetivo de se defender do animal, porém, ao atirar acaba errando o cão e alvejando Azarius, que andava próximo ao local, causando-lhe a morte. No caso, Caio deverá ser responsabilizado pelo crime de:

- a) Homicídio consumado.
- b) Homicídio tentado.
- c) Lesão corporal culposa.
- d) Não deverá ser responsabilizado, pois presente excludente de ilicitude (legítima defesa).
- e) Não deverá ser responsabilizado, pois presente excludente de ilicitude (estado de necessidade).

52) O denominado “excesso accidental” diz respeito à:

- a) Legítima defesa preordenada.
- b) Legítima defesa putativa.
- c) Legítima defesa passiva.
- d) Legítima defesa subjetiva.
- e) Nenhuma das alternativas.

53) De acordo com o Código Penal, em se caracterizando o erro de proibição mandamental,

- a) O erro se inevitável isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.
- b) O erro se inevitável isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um a dois terços.
- c) O erro se evitável isenta de pena; se inevitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.
- d) O erro, seja evitável ou inevitável, isenta de pena.
- e) Nenhuma das alternativas.

54) A intitulada “autoria parelha” diz respeito à:

- a) Coautoria.
- b) Autoria colateral.
- c) Autoria mediata.
- d) Autoria desconhecida.
- e) Nenhuma das alternativas.

55) No campo do Direito Penal, as chamadas “dirimentes” estão relacionadas às:

- a) Causas de exclusão da tipicidade.
- b) Causas de exclusão da ilicitude.
- c) Causas de exclusão da culpabilidade.
- d) Causas de exclusão da punibilidade.
- e) Nenhuma das alternativas.

56) Em se tratando do instituto da preempção penal, pode-se afirmar que ela pode incidir nas hipóteses de crimes sujeitos à:

- a) Ação penal pública incondicionada.
- b) Ação penal pública condicionada.
- c) Ação penal privada subsidiária da pública.
- d) Ação penal privada exclusiva.
- e) Nenhuma das alternativas.

57) A *aberratio causae*, que consiste na hipótese em que o agente provoca um resultado diverso do pretendido, praticada conduta desenvolvida em pluralidade de atos, tem relação com o:

- a) Dolo geral.
- b) Dolo específico.
- c) Culpa consciente.
- d) Culpa inconsciente.
- e) Culpa imprópria.

58) De acordo com a previsão contida no Código Penal, extingue-se a punibilidade do agente nas seguintes situações, exceto:

- a) Morte do agente.
- b) Anistia, graça ou indulto.
- c) *Abolitio criminis*.
- d) Renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada.
- e) Prescrição, decadência e preclusão.

59) Caio, com intenção de matar, atira contra Mévio, provocando-lhe grave ferimento. Socorrido, Mévio é levado para o hospital, onde vem a morrer em virtude de envenenamento anterior provocado por Tício, fato ignorado e desconhecido por Caio. Na presente situação hipotética, assinale a assertiva correta:

- a) Tício e Caio deverão ser responsabilizados por homicídio tentado.
- b) Tício deverá ser responsabilizado por homicídio consumado e Caio por homicídio tentado.
- c) Tício deverá ser responsabilizado por homicídio consumado e Caio por lesão corporal grave.
- d) Tício deverá ser responsabilizado por homicídio consumado enquanto Caio não deverá ser responsabilizado.
- e) Nenhuma das alternativas.

60) Vader, nascido em 03 de janeiro de 2003, encontra seu desafeto Yoda na via pública na cidade de Rio Branco exatamente no dia 02 de janeiro de 2021. Na oportunidade, com intenção de matar, Vader dispara contra Yoda, evadindo-se do local. Gravemente ferido, Yoda é levado para o Pronto-Socorro, onde vem a falecer no dia 03 de janeiro de 2021, em virtude do disparo sofrido. No caso, Vader deverá ser responsabilizado por:

- a) Homicídio tentado.
- b) Homicídio consumado.
- c) Lesão corporal grave.
- d) Lesão corporal culposa.
- e) Não deverá ser responsabilizado penalmente.